



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**PRESIDENTE: REIS**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROJETOS

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23 de Outubro de 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública que essa comissão realiza no ano de 2013.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) no link Auditorios On Line.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 237/11 de autoria do Vereador Afílio Francisco, do PRB, dispõe sobre o estímulo ao desenvolvimento cultural dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências. Trata-se da segunda audiência pública.

As pessoas podem se inscrever. O término da inscrição se finalizada na fala do primeiro inscrito. E o tempo para cada expositor é de dois minutos. Estão abertas as inscrições. (Pausa).

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou Mauro Alves da Silva, do Movimento Comunidade De Olho na Escola Pública.

Fiz questão de participar dessas audiências públicas, pois é o espaço democrático para manifestação.

No geral, temos apoiado esses projetos de incentivo cultural nas escolas, sempre lembrando das verbas de financiamento da educação. Temos um limite de 25%, com mais 6% de assistência social e, por isso, nos preocupamos toda vez que vem um projeto - que não seja especificamente do ensino e aprendizagem -, que ele indique novas fontes de recursos. Normalmente, sempre que vem apresentado um novo, dá a impressão de que esse recurso vai onerar mais a verba da Educação.

Sabemos que há deficiências, tanto na contratação de professores – no que tange aos salários – e na aquisição de equipamentos. Então apoiamos esses projetos, mas sugeriria à Casa Legislativa que, na medida do possível, colocasse fontes adicionais de recursos, principalmente na questão cultural, esporte, lazer e assistência social. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis - PT)** – Obrigado, Sr. Mauro.

O senhor pode fazer uso do microfone.

**O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS** – Boa tarde. Sou Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Profem.

Com relação ao PL 237/11 temos algumas observações a fazer. A exemplo de outros projetos que surgem aqui, esse vem, praticamente, se sobrepor a algo que as escolas já fazem: excursões, estímulo à visita aos museus etc.

É algo específico colocado, mas que pode ser trabalhado direto nas escolas, aliás, já vem sendo trabalhado nas escolas.

Há décadas, na gestão do Reynaldo de Barros, até para o Playcenter havia excursões. E, nos últimos anos, tem sido mais direcionado para museus e outros centros culturais, propriamente ditos. Então é algo que já está sendo feito. Claro, tem de se melhorar, inclusive, as condições dos ônibus. Eu, como supervisor, pude participar de uma licitação feita para a troca desse transporte por conta das péssimas condições dos ônibus. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Muito obrigado.

Há alguém mais inscrito? (Pausa) Não. Declaro encerrada audiência pública ao PL 237/11 de autoria do Vereador Atílio Francisco, do PRB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 263/13 de autoria do Vereador Paulo Fiorilo, do PT, autoriza o Executivo Municipal a entrega gratuita de material didático e alimentação aos atendidos pelo programa Movimentação de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo - Mova, e dá outras providências. É a segunda audiência pública.

Estão abertas as inscrições. (Pausa)

Com a palavra o Sr. Mauro.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou Mauro Alves da Silva, do Movimento Comunidade De Olho na Escola Pública.

Nesse projeto do Vereador Paulo Fiorilo, necessariamente, não temos um ponto

contrário ao projeto, mas é sempre a questão das verbas adicionais.

Gostaríamos de fazer uma crítica e pontuar a atuação desse Vereador, lembrando que ele foi um dos patrocinadores da redução da verba da Educação que aconteceu em 2001, quando eu trabalhava no Gabinete da Prefeita Marta Suplicy.

Então é bom chamarmos a atenção da Comissão de Educação dessa Casa de que, em 2001, foi feita uma modificação na Lei Orgânica do Município, reduzindo de 30 para 25% as verbas da Educação. Esse comentário, aliás, já é uma proposta para que consigamos retomar aqueles valores, pois ouvimos dizer que terão mais verbas para a Educação, a partir do Pré-Sal e outros projetos.

E, outra coisa, Vereador Reis, há uma lei de 2001 – agora não me recordo qual é – mas é a que incluía os aposentados na verba do ensino. Eu mesmo, inclusive, fiz uma sugestão para a Comissão de Educação no sentido de oficial o MEC para ver como anda essa questão, principalmente agora, que teremos as verbas do Fundeb, um fundo estadual que destina ao Município àqueles que têm matrículas no Ensino Fundamental e Básico.

Como não é responsabilidade do Município o Básico, fica o Ensino Fundamental. Digo isso porque todos esses projetos que vêm para colocar pontos importantes, mas são assistenciais, tais como: alimentação, transporte – esses principalmente – mas também uniforme escolar, isso deveria ser atingido com outras verbas. Daí nossa crítica, nós apoiamos esse tipo de projeto, mas solicitamos, sempre, que tenha outras verbas de financiamento, principalmente de quem já participou da gestão e trabalhou para a diminuição das verbas da Educação. Essa é a posição do Movimento De Olho na Escola Pública. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Obrigado. Sr. Arnaldo?

**O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS** – Sou Professor Arnaldo, da Profem.

Com relação a esse projeto, temos dois pontos a salientar. Primeiro que já existe lei, então, é uma questão de se aprimorar ou dar algum direcionamento ao EJA para atender as diversas situações do aluno que estuda à noite e, principalmente, no controle da frequência.

Histórico, pelo menos, da época em que eu era supervisor escolar, a dificuldade que se tinha, com relação à frequência dos alunos. Começa-se lá com X alunos e, de repente, há um mínimo, e a verba pública?

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Obrigado, Sr. Arnaldo.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública ao PL 263/13 de autoria do Vereador Paulo Fiorilo, do PT.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 375/13 de autoria do Vereador Dalton Silvano, do PV, institui diretrizes para a inclusão da capacitação em "Nocções de Primeiros Socorros" como atividade pedagógica de complementação curricular na rede escolar municipal da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. Trata-se da segunda audiência pública.

Estão abertas as inscrições. (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou Mauro Alves da Silva, do Movimento Comunidade De Olho na Escola Pública.

Esse é um típico projeto de quem não conhece a rede municipal, pois já temos dentro da estrutura da rede municipal, a capacitação de, pelo menos, dois funcionários para fazer o atendimento de primeiros socorros.

O que nos deixa preocupados é que esse tipo de projeto abre margens para contratação de outros tipos de profissionais, destinação de verba, além de tentar incluir até, às vezes, na grade curricular, no calendário escolar, algum tipo de atividades que já são comumente apresentadas nas escolas.

Nesse caso, por exemplo, de primeiros socorros já há profissionais habilitados na escola, pelo menos que eu saiba – a não ser que alguém me prove o contrário – já existe regulamentação para isso. Acho que esse projeto não acrescenta nada. E, pior, ele cria constrangimento nas escolas porque vai obrigá-las a fazerem outro planejamento que não é nem de competência das escolas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Muito obrigado. Próximo é o Sr. Arnaldo.

**O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS** – Sou o professor Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Profem.

Com relação ao PL 375/13 gostaríamos de comentar alguns pontos.

O Vereador assinala, em seu projeto, que não representa nenhum ônus ao erário público.

Faz constar, do Artigo IV: “Os cursos poderão ser ministrados por médicos, enfermeiros, agentes da Defesa Civil, bombeiros, instrutores teóricos do Centro de Formação de Condutores. Sobre isso, existe alguma garantia?”

A escola, na realidade, o que seria interessante é que houvesse um profissional de saúde para cada escola, ou para um grupo de escolas, que deveria ser imediatamente acionado.

Temos casos, na zona Sul, até relatei aqui uma vez: a criança bateu a cabeça no chão da EMEI - ela saiu do refeitório, caiu e bateu a cabeça no chão – e o socorro das pessoas que haviam passado por treinamento uma semana antes, no CEU que havia sido inaugurado havia pouco tempo, fixou-se na atenção à cabeça da criança, todos prestavam atenção à cabeça, mas não repararam que ela estava engasgada com um pedaço de salsicha. Se estivesse ali, um profissional, um técnico em saúde, que pudesse ser acionado imediatamente, a situação seria outro.

É lógico que os professores devem ser capacitados ou, pelo menos, terem recebido cursos e instruções para que fiquem atentos para prestarem os primeiros socorros, as primeiras medidas, mas o projeto também fala das crianças fazerem intervenções. Fica estranho para uma criança assumir, para si, uma intervenção num colega. É o Inciso I do Artigo 2º.

Os profissionais, sim, devem estar capacitados. A entidade à qual eu pertenço, dia 9 de novembro, promoverá um curso de capacitação de educadores. Mas, o ideal é que

houvesse um profissional de saúde na unidade, principalmente nos CEIs, ou mesmo responsável por um grupo de unidades.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Muito obrigado, professor Arnaldo.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública ao PL 375/13, de autoria do Vereador Dalton Silvano, do PV.

Declara aberta a audiência pública ao PL 394/13 de autoria do Vereador Eduardo Tuma, do PSDB, dispõe sobre a criação do programa de prognóstico e diagnóstico de autismo na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Trata-se da primeira audiência pública.

Estão abertas as inscrições. (Pausa)

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Sou Mauro Alves da Silva, do Movimento Comunidade De Olho na Escola Pública, participo também do Fórum Municipal da Educação.

Estou vendo o Vereador Toninho Vespoli chegar. Bom dia.

O que eu gostaria de chamar à atenção nesse projeto é que ele propõe instituir equipes multidisciplinares para prevenção e prognóstico do autismo, mas eu acho meio complicado colocar, assim, no vazio, essa equipe multidisciplinar: psicólogos, neurologistas, mas essa equipe vai estar aonde? A gente cobra muito disso que o posto de saúde ou, no caso, na especialidade esteja mais na área da saúde.

A gente tem alguns projetos aqui na Casa que pedem para fazer uma prevenção daquelas doenças ou enfermidades básicas do aluno, ou seja, uma deficiência auditiva ou visual.

Para essas questões mais graves, ou as que exijam um diagnóstico mais complicado, deveriam estar colocadas nos postos de saúde, no primeiro mês de aula, mas não necessariamente do jeito que está colocado aqui, porque dá a impressão que, de repente, vai criar uma equipe específica para isso.

Toda vez que se cria uma equipe de saúde específica para a Educação, nós ficamos preocupados porque a comunidade como um todo precisa de saúde, não só os alunos,

principalmente nos postos de saúde.

Esse projeto fica meio complicado, talvez deveria haver uma melhor justificativa, porque aque está sendo apresentada é muito fraca, não entra em aspectos complementares.

Outra questão que é muito complicada, se a criança foi diagnosticada com autismo, faz-se o quê? Mais importante, talvez, do que o diagnóstico, é mostrar a complementariedade. Diagnostiquei, como que vou cuidar dessa criança? Nós não temos, na prática, nenhuma escola pública municipal capacitada a atuar com uma criança autista.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Próxima.

**A SRA. LAURA MICAELLA** - Boa tarde, sou Laura Micaella, da assessoria do Vereador Eduardo Tuma, respondendo algumas questões que foram aqui levantadas, pelo Sr. Mauro, informo que a equipe multidisciplinar prevista nesse projeto de lei, de autoria do Vereador Eduardo Tuma, é justamente para identificar nas idades mais tênues da infância os graus de autismo e o tratamento adequado.

As equipes multidisciplinares não vão estar necessariamente no âmbito escolar, mas vão atuar junto com o ambiente escolar, com a comunidade de ensino, no âmbito do Município de São Paulo, para justamente identificar os níveis e graus de autismo das crianças, encaminhando ao tratamento adequado, para um melhor desenvolvimento.

A partir do momento que se identifica, pode-se acentuar as qualidades que muitos autistas, apesar de alguns que “acercam” em torno da doença, elas têm uma inteligência acima do comum. Identificando o grau de autismo, pode-se desenvolver as capacidades deficientes e acentuar as qualidades que a criança já possui.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Próxima.

**A SRA. MARILZA** - Boa tarde a todos, meu nome é Marilza, sou da diretoria do Sinesp – Sindicato de Especialistas de Educação de Ensino Público Municipal de São Paulo.

Acho que esta iniciativa é muito louvável, porque verifica-se que o transtorno autista é um transtorno global do desenvolvimento.

Algumas considerações que temos a fazer é a época fechada do diagnóstico. Sabemos que essa limitação, a demora no diagnóstico, é prejudicial. Fechando a época, no primeiro bimestre de cada ano, como o transtorno é verificado através da presença de um déficit social de linguagem comportamental do desenvolvimento, pode ser que, dentro do primeiro bimestre isso não seja notado, percebido, pelo profissional que está com essa criança.

Então, acho que a gente tem que discutir um pouco mais, sobre a possibilidade de ser o atendimento, uma verificação ou diagnóstico, no decorrer do ano, não só dentro do primeiro bimestre.

Diagnóstico, realmente, só pode ser dado através de um médico. Temos aí projetos que já estão sendo encaminhados de psicopedagogos, da equipe multidisciplinar que está sendo proposta e a gente tem que levar algumas características próprias do autismo. Não é uma questão clínica, é comportamental.

Então, precisamos de profissionais realmente capacitados, que atuaram junto com a família, não só dentro da escola, porque o comportamento dessa criança extrapola a escola, não é?, para se diagnosticar o autismo.

Outra questão que temos de dar prosseguimento à nossa discussão é o atendimento dessa criança em escolas normais ou escolas especiais. Temos de aprofundar um pouquinho essa questão.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** - Só queria fazer uma consideração.

Ontem vi até uma matéria da televisão veiculada sobre a questão lá do exame toxicológico que, na verdade, iam fazer exames se criança tem algum problema com droga, que é um pouco a matéria que está passando aqui na Casa, não é?

Os especialistas, na televisão, assim, massacraram a proposta, em todos os níveis, falando que ela não dá resultado e foram apontando vários questionamentos. Acho que ficou uma imagem muito ruim para a Câmara Municipal, que ficou parecendo que não conseguimos fazer alguns projetos aqui aprofundando algumas questões. Inclusive, acho que o repórter foi até muito ruim em sua postura, porque acho que ele fez questão de passar um pouco essa imagem, como se os Vereadores fizessem projetos sem grandes discussões.

Mas, assim, é por isso que tenho cuidado, quando tratamos da questão da Educação, e envolvemos também nossas questões educacionais, quando envolvem críticas à saúde, porque a grande maioria dos especialistas é contra, não é?

E, assim, eles têm estudos para isso. Eles não são contra porque são contra. São estudiosos e fazem pesquisas sobre essas questões.

Então, acho que temos de tomar muito cuidado quando tratar desse assunto para que, às vezes, a Câmara Municipal também não ser usada por aqueles que não gostam muito da democracia e querem ridicularizar o Legislativo. Então, acho que temos de ter preocupações nesse sentido.

Quando às questões de autismo, acho que elas têm de ser colocadas quando a criança nasce. Acho que deixarmos para detectar o autismo quando a criança já está na escola é uma perda muito grande. Considero que as políticas públicas têm de ser votadas para que, quando fazemos exames lá nas crianças - inclusive, agora, tem até a medicina que está muito bem avançada e as pessoas já estão fazendo isso antes de a criança propriamente nascer. Várias doenças são detectáveis, inclusive doenças intelectuais.

Então, acho que tínhamos de partir desse caminho, porque, senão, teríamos de pensar assim: qual que é o papel da escola? O papel de escola vai virar o quê? Além de se ter programas assistencialistas que tiram o tempo de se construir conhecimento entre o professor e alunos e, e, se vão implementando vários programas que vão, cada vez mais, limitando o tempo de construção de conhecimento. Então, acho que, quanto a essas questões, temos de

aprofundar um pouco mais, pensar mais sobre esses assuntos.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Muito obrigado, Vereador Vespoli.

Declaro encerrada a audiência pública ao PL 394/13, de autoria do Vereador Eduardo Tuma, do PSDB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 443/13, de autoria do Vereador Laércio Benko, dos PHS: "Institui o Plano de Prevenção da Obesidade Infantil na Rede Municipal de Educação do Município de São Paulo, e dá outras providências".

Trata-se da primeira audiência. Estão abertas as inscrições.

Sr. Mauro. Professor Arnaldo.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** - Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e Fórum Municipal de Educação - fórum que existe há 20 anos.

Cumprimentar o Vereador Floriano Pesaro.

Esta questão aqui, Vereador, é mais uma crítica que fazemos de alguns projetos, em que lemos a ementa, parece lindo, maravilhoso, mas, logo em seguida, artigo 2º, parágrafo único: "O Poder Público estabelecerá conteúdo programático mínimo a ser abordado em sala de aula, carga horária mínima, e atividades específicas para educar e prevenir a obesidade infantil.

Quer dizer, não tem aquela preocupação em fazer as matérias transversais envolvendo toda a comunidade via projetos, dando uma autonomia maior para a escola.

E aqui também fica aquele problema: temos a má formação de professores, o que também dificulta que vários projetos sejam implantados na rede. E também a questão salarial, que implica também essa má formação.

Vereador Pesaro, assisti a seu programa também lá no Brasilianas.org e achei interessante. O pessoal disse assim: "Qual é a escola que é boa?". E muita gente fala que escola boa é aquela em que a comunidade participa. Mas também temos uma visão de que é a escola em que os professores são comprometidos com uma única unidade educacional,

ficando mais fácil implantar alguns projetos transversais ou multidisciplinares. Somos contra esse tipo de projeto que tenta incluir na grade curricular mais um programa, mais um projeto. E vemos também, lá para frente, olhando quais são os objetivos destes projetos e, de repente, estão lá: contratar profissionais palestrantes para dar curso disso ou daquilo. Então, gostaria que o pessoal prestasse mais atenção.

E, respondendo aqui alguns comentários de algumas pessoas, Vereador Reis, seria importante também, para evitar essas matérias negativas da imprensa, que o pessoal, - os Vereadores e a Câmara Municipal - prestassem mais atenção nas audiências públicas, porque as pessoas que vêm à audiência pública têm acúmulo de experiência - alguns com 20, 30 anos -, e o pessoal, simplesmente para defender algum órgão partidário, faz um projeto, negocia lá no Plenário e o projeto passa. Depois, fica reclamando ser ridicularizado pela imprensa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Obrigado, Sr. Mauro.

Próximo: Prof. Arnaldo.

**O SR. ARNALDO** - Prof. Arnaldo, da Aprofem.

Com relação a esse projeto, já me vi contemplado na fala anterior, quando fala de carga horária, que é algo que chama atenção logo no início. E, também, quanto à transversalidade, que essa questão pode ser abordada em sala de aula.

Não devemos esquecer também que a família... A educação é dever da família, da sociedade e do Estado. Temos de chamar a família também para ter atenção também a esse problema. Sabemos que é comum as crianças ficarem defronte a televisão, consumindo; e, depois, em termos de propaganda e, depois, querendo repetir, na prática, esses comestíveis que aparecem na televisão. Passam a detestar vegetais outros tipos de alimentação.

Então, a família tem de assumir também a sua parte. E o próprio autor do projeto cita, mais à frente, no item inciso VI do artigo 4º, a importância do papel dos meios de comunicação, além dessa transversalidade que o professor de Ciências e outras disciplinas

todas podem tratar da questão, o Poder Público desenvolver também políticas de ação junto aos meios de comunicação, de forma que atinja o público direto que seria a própria criança. Então, essa é a observação que teria a fazer aqui. E também formar melhor os educadores com cursos de atualização ou de informação mesmo, com relação à forma de tratar essa questão, inclusive para não transformar a criança que tem problema de obesidade em objeto de *bullying*. Se não for bem encarada também essa situação, essa situação, esse problema, essa questão, ao invés de trazer um benefício para a criança que tem essa situação, vai trazer ainda prejuízo de ordem psicológica.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Obrigado, Professor Arnaldo.

Não há mais oradores inscritos. Então, declaro encerrada a audiência pública ao PL 443/13, de autoria do Vereador Laércio Benko, do PHS.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 492/13, de autoria do Vereador Laércio Benko, do PHS: "Dispõe sobre a criação dos Centros de Estudos Avançados - CEA".

Trata-se da primeira audiência pública. Estão abertas as inscrições. Sr. Mauro; Prof. Arnaldo.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** - Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública e Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.

Esse projeto é para criar centros de estudos avançados (ininteligível). Quando você lê a ementa, você pensa que vai criar alguma coisa que seja para alunos dotados de alguma inteligência ou de algum intelecto superior. Aí você vê que se trata na verdade de um local para as escolas. Como nós temos em São Paulo as escolas meio período, coisa que só existe no Brasil, tipo jaboticaba, nenhum país da América do Sul tem escola de meio período, aí cria um espaço para o aluno ficar, fazer os estudos, fazer tarefa, fazer trabalho. Só que já é uma crítica que a gente está fazendo justamente a essas escolas de meio período. Quer dizer, o pessoal em vez de garantir a continuidade, educação em tempo integral, fica criando paliativos. Aqui, em vez de garantir que esses espaços sejam pelo menos geridos ou organizados por

educadores, professores especificamente, está colocando que vai ter a possibilidade de contratar especialistas para ministrar palestras. Quer dizer, a gente sempre fica preocupado com essas aberturas, Vereador (ininteligível), com essas aberturas na área de educação para contratar especialista, pessoal de fora. A gente tem exemplo de algumas escolas que destinava verba para (ininteligível) Amorim Lima, na região do Butantã, que acabou fazendo um contrato com um tal de especialista custando mais de 60 mil reais. Então a gente fica preocupado com essas aberturas.

Por último lembrar que essa justificativa do projeto diz que veio de uma aluna daquele projeto Parlamento Jovem. É mais um motivo que a gente chama a atenção, não desrespeitando a opinião dos alunos, mas fazer a discussão pública com pessoas que estão acostumadas na área, professores, educadores e pessoas que estão há mais de vinte anos na área. Esse tipo de projeto na verdade é paliativo para mascarar a fraude feita nas escolas públicas, que (ininteligível) dá 200 dias letivos, as 800 horas. O ideal seria garantir que as crianças ficassem o tempo inteiro na escola para não ter que ter esses espaços e chamar de centro de estudos avançados, que nada mais são do que uma sala de leitura onde você possa fazer tarefa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Obrigado. Próximo inscrito, Professor Arnaldo.

**O SR. ARNALDO** – Professor Arnaldo, da Aprofem. Com relação a esse projeto há concordância com o colega que me precedeu, com aquilo que ele colocou. Consideramos esse projeto válido “enquanto” instrumento para auxiliar a afastar a criança, o jovem, o adolescente da rua. Por outro lado, se a tendência é escola em período integral (ininteligível) CEUs, na realidade o que está aqui mostra que a escola também poderia fazer, já aproveitar os espaços, inclusive melhorar os espaços da própria escola, porque senão mais um momento em que a criança vai ser afastada da responsabilidade também que a família deve ter.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado. Próximo inscrito.

**A SRA. MARILZA** – Marilza, da diretoria do Sinesp. Também entrei em contato com o projeto e achei que fosse centro de estudos avançados, ôba, é oportunidade para criação de cientistas, porque o investimento não vai ser baixo, o investimento é alto, porque os profissionais mais capacitados, como é citado, a gente não sabe quem são, não está especificado, e o espaço estruturado para esse centro vai requerer muito investimento, já que é dado o nome de centro de estudos avançados. O objetivo e o público alvo não se apresentam muito especificados, nós não sabemos para quem é.

Eu queria só levantar a questão que seria realmente um centro de estudos avançados para os nossos alunos ditos superdotados, os alunos com altas habilidades, o que não é ainda muito discutido, muito do conhecimento popular, do conhecimento público e até mesmo dos nossos profissionais. Os alunos com altas habilidades necessitam de atividades de complementação da aula dentro de escolas normais. Então realmente seria muito proveitoso se esse centro de estudos avançados pudessem receber ou tivesse um projeto específico para alunos com altas habilidades, porque normalmente nas escolas esses alunos são tratados como iguais, as atividades são iguais para todos, e esses alunos precisam de atendimento especial dentro da escola - por que não? -, como dentro de um centro de estudos avançados. A gente poderia aprofundar um pouco mais esse projeto.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado. Próxima, Sra. Silvana.

**A SRA. SILVANA** – Silvana, sou coordenadora pedagógica da rede municipal e atualmente trabalho no gabinete do Vereador Reis. Esse projeto me chamou a atenção por vários motivos, dentre os que a Marilza falou, mas acho que além de tudo o CEU, uma das vocações do CEU é essa, então nós não precisaríamos criar um centro de estudo, avançado ou não, seja para atender ou não as crianças com altas habilidades. O CEU é um centro de educação unificada, então dentro dele cabem essas questões colocadas aqui, tanto educação integral quanto de tempo integral.

Quando o Mauro falou do parlamento jovem, se esse projeto foi do parlamento jovem, foi do ano passado, porque deste ano eu fui a pessoa que analisou todos os projetos do parlamento jovem de 2013 e não constava, então foi do ano passado.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Muito obrigado. Não há mais oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública do PL 492/2013. Não havendo mais projetos a serem debatidos, declaro encerrada esta audiência pública.

Presentes os Vereadores Floriano Pesaro, Toninho Vespoli, Jean Madeira, Reis e a Vereadora Edir Sales, que registrou presença mas está participando de outra audiência pública, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 27ª reunião ordinária de 2013.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), no link Auditórios On-Line.

Informo que, atendendo a requerimento de minha autoria deliberado pela Comissão em 25/09/2013, foram convidados para comparecer na próxima reunião desta comissão, dia 30/10/2013, os dirigentes da empresa Acesso Engenharia e Comércio Ltda., para falar sobre as obras e as reformas da EMEI Carolina Maria de Jesus, Processo 202.0.098.559-7, sendo confirmada a presença no dia 10/10/2013 com o Sr. Edmilson Mazon Garcia, diretor responsável da empresa Acesso Engenharia e Comércio Ltda.

Passemos aos itens da pauta.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, queria apresentar para pé de pauta três requerimentos. Infelizmente minha assessoria não conseguiu terminar o terceiro, mas eu vou apresentar dois e, se chegar até o final, peço para os colegas avaliarem. São dois requerimentos... (Pausa) Está confuso aqui, Sr. Presidente. Vamos fazer o seguinte: eu vou apresentar dois requerimentos. Depois vejo se consigo entender terceiro e apresento a vocês.

Vou apresentar para votação em pé de pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Então são dois requerimentos. Existe mais algum requerimento?

Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – (Ininteligível) pé de pauta o Projeto de Lei 109/2011.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem mais algum requerimento? Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Já consegui identificar o requerimento.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – O primeiro item é o PL 507/12, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel, do PSB, que denomina Praça da Amizade, o logradouro público inominado, localizado na confluência da Rua Caldas Novas com a Rua Doze, subprefeitura do Pirituba/Jaraguá.

O relator é o Vereador Ota, do PSB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o Parecer ao PL 507/12. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 465/13, do Vereador Nelo Rodolfo, que altera a Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Cidadão do bairro de Santana, santanense, a ser comemorado anualmente no dia 26 de julho, e dá outras providências.

O relator é o Vereador Ota, do PSB, com parecer favorável.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 465/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PDL 59/13, de autoria do Vereador Toninho Paiva, do PR, que dispõe sobre a outorga da Medalha Anchieta ao Doutor Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, e dá outras providências.

A relatora é a Vereadora Edir Sales, do PSD com parecer favorável ao substitutivo.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer da Vereadora Edir Sales ao PDL 59/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 194/12, de autoria da Vereadora Noemi Nonato, do PSB, que institui diretrizes para a capacitação de profissionais de educação para o atendimento às demandas que ultrapassem o currículo pedagógico formal das disciplinas, e dá outras providências.

O relator é o Vereador Ota com parecer favorável.

Em discussão.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Parabenizo a Vereadora Noemi pela preocupação que teve e que considero legítima. Mas, essa lei na verdade já faz parte da diretriz. A questão de discutir as diferenças como cor, raça, sexo é transversal na área da educação.

Não sei qual o motivo de se fazer uma lei, se já consta isso em leis. É uma burocracia que em vez de ajudar, atrapalha. Votarei contra por causa disso e não pela matéria em si, que a considero boa, mas já está garantida em lei. Nesse caso, peço votação nominal e meu voto é contrário ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está encerrada a discussão. Em votação.

Como votam os Srs. Vereadores?

**O SR. FLORIANO PESARO** – Favorável.

**O SR. JEAN MADEIRA** - Favorável.

**O SR. OTA** - Favorável.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Contra.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Favorável. Por quatro votos a um, está aprovado o parecer.

Passemos ao próximo item, PL 338/12, de autoria do Vereador David Soares, do PSD, que dispõe sobre a realização de exames de check-up na saúde dos alunos da rede municipal de ensino, e fixa outras providências.

A relatora é a Vereadora Edir Sales e seu parecer é favorável ao substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Em discussão.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Sr. Presidente, esse tipo de matéria foi bastante debatida na Comissão e eu sempre apresento os mesmos argumentos. Como acabei de falar dos exames que foram (ininteligível) aqui na Casa sobre a questão da drogadição e também sobre essa agora. Quer dizer, vamos parar o momento de construir com conhecimento para transformar a nossa unidade escolar em posto de saúde, sendo que se o professor identifica algum problema, faz o encaminhamento para psicólogo ou qualquer especialista que precisar. Essas pessoas precisam ficar no posto de saúde onde encaminhamos as crianças. Infelizmente, a criança precisa da política pública necessária. Esse tipo de projeto não ajuda na construção de uma escola de qualidade.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra a Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Sr. Presidente, tenho certeza de que a maioria dos Srs. Vereadores que integram essa importante comissão têm o conhecimento e o mesmo sentimento que eu tenho, de que esse projeto é válido na medida em que amplia a oferta de serviços de saúde para aqueles que mais necessitam, especialmente na idade escolar. Destacam também os crescentes casos de obesidade infantil, anemia, distúrbios de visão, grandes problemas no crescimento em geral e oriundos do jovem na puberdade.

Tenho certeza de que posso contar com o apoio dos Srs. Vereadores por tratar-se de um projeto de mais alta relevância para a área da educação, principalmente para os alunos em idade escolar.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Sr. Presidente, não está em debate a questão da importância da saúde das crianças. Isso é notório e importante. O que está em debate é como serão feitos esses *check-ups* e qual o tempo necessário para fazê-lo, já que se tira a criança da sala de aula. Falo isso porque vejo o conjunto. Não estou falando especificamente sobre esse projeto. Mas, com vários projetos que estão sendo aprovados na Casa e não sei se serão vetados pelo Sr. Prefeito, simplesmente tiraremos nossas crianças das salas de aula o tempo todo.

Além disso, cada comunidade tem uma realidade, que discute seu programa pedagógico a ser implementado. Os professores no final do ano e principalmente no começo olham para a comunidade e para os pais da criança. Em muitos casos, o professor compreende muito mais a criança nos seus aspectos físicos e psicológicos quando sua mãe tem de trabalhar o tempo todo do que muitos pais.

Fico preocupado com a intervenção da saúde o tempo todo, sendo que já há um diagnóstico muito claro. E não estou pondo a questão da preocupação que não é legítima quanto à saúde da criança. É claro que é importante, só não há espaço adequado para se fazer esse tipo de projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra a Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Sr. Presidente, respeito a opinião e o Vereador Toninho Vespoli, mas conversei com vários professores e diretores antes de dar meu parecer favorável ao projeto, pois é uma responsabilidade. Sempre digo que professora quer morrer professora. Eu estou vereadora, mas quero morrer professora.

É claro que o nobre Vereador David Soares é um excelente vereador, mas antes de

dar o parecer favorável, busquei a opinião de vários professores, sindicatos. Respeito a opinião do Vereador Toninho Vespoli, mas insisto nessa questão. Exatamente por nos preocuparmos com as crianças, porque não as tiraremos das escolas todos os dias para fazerem exames. São *check-ups* periódicos, não são exames diários. Ou então, para os que têm problemas de saúde. Continuo insistindo que esse projeto é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Como votam os Srs. Vereadores?

**A SRA. EDIR SALES** – Favorável.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Favorável.

**O SR. JEAN MADEIRA** - Favorável.

**O SR. OTA** - Favorável.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Contra.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Voto favorável ao projeto. Por cinco votos favoráveis a um contra está aprovado o Parecer.

Passemos ao próximo item, PL 119/13, de autoria do Vereador Abou Anni, do PV, que dispõe sobre aspectos da política municipal de educação no trânsito, especialmente por meio de aulas teóricas e de práticas simulada nas escolas integrantes da rede pública municipal, e dá outras providências.

A relatora é a Vereadora Edir Sales, do PSD, com parecer favorável.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 119/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 130/13, de autoria do Vereador David Soares, que dispõe sobre acessibilidade nas academias para pessoas de baixa estatura no Estado de São Paulo.

O relator é o Vereador Ota com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de

Constituição e Justiça.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, solicito o adiamento do item 7 referente a esse projeto. É possível pedir vista?

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está deferido o pedido de vista.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, solicito vista do item 8 da pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está deferido o pedido de vista de V.Exa.

Passemos ao item 9, PL 144/13, de autoria do Vereador Jair Tatto, do PT, que institui palestras e cartilhas sobre o uso indevido de drogas.

O relator é o Vereador Orlando Silva, do PC do B com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 144/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 145/13, de autoria do Vereador Jair Tatto, do PT, que estabelece semana de prevenção do crack e outros entorpecentes nas subprefeituras, unidades básicas de saúde e na rede municipal de educação.

O relator é o Vereador Ota, do PSB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Tem a palavra o Vereador Jean Madeira.

**O SR. JEAN MADEIRA** – Sr. Presidente, gostaria de uma informação. Esse é o PL 145/13 e apresentamos, no início do ano, o PL 39/13, que é exatamente a mesma coisa que o Vereador Jair Tatto está apresentando. Só não sei como fica, pois se trata do mesmo projeto que apresentei.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Já passou pela Comissão?

**O SR. JEAN MADEIRA** – Já passou.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Já conversou com o Vereador Jair Tatto a respeito disso?

**O SR. JEAN MADEIRA** – Já.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – E o que disse o Vereador Jair Tatto?

**O SR. JEAN MADEIRA** – Vá em frente. (Risos) Não sou contra, mas acho que pode causar duplicidade. O meu teve até que virar data. Deixou de ser uma semana instituída nas escolas para virar data. Sr. Presidente, peço vista.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está deferido o pedido de V.Exa.

Passemos ao próximo item, PL 391/13, de autoria do Vereador Laércio Benko, do PHS, que dispõe sobre a construção e implantação de pistas destinadas à patinação sobre rodas no município de São Paulo, e dá outras providências.

O relator é o Vereador Ota, do PSB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 391/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 435/13, de autoria do Vereador Arselino Tatto, que institui na cidade de São Paulo a Fórmula Truck a ser realizada no mês de julho de cada ano no Autódromo de Interlagos.

O relator é o Vereador Jean Madeira, do PRB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 435/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 524/13, de autoria do Vereador David Soares, do PSD, que altera a Lei 14.471, de 10 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre cidades irmãs.

O relator é o Vereador Floriano Pesaro, do PSDB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 524/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 6/2006, de autoria do Vereador David Soares, do PSD.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, solicito vista desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está deferido o pedido de V.Exa.

O próximo item é o PL 503/13, de autoria do Vereador Natalini, do PV, que inclui no Calendário oficial do Município de São Paulo a Festa de entrega do Prêmio Excelência Mulher a ser comemorada anualmente no mês de março e dá outras providências.

O relator é o Vereador Toninho Vespoli, do PSOL, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 503/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 523/2013, de autoria do Vereador David Soares, do PSD, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo O DIA DA MÚSICA CLÁSSICA a ser comemorado no dia 16 de maio, e dá outras providências.

O relator é o Vereador Floriano Pesaro, do PSDB, com parecer favorável.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o

parecer ao PL 523/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 540/2013, de autoria do Vereador Aurélio Nomura, do PSDB, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana Municipal de Conscientização sobre Áreas Contaminadas, a ser realizada anualmente na última semana de maio, e dá outras providências.

O relator é o Vereador Floriano Pesaro, do PSDB, com parecer favorável.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 540/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O próximo item é o PL 571/2013, de autoria do Vereador Claudinho de Souza, do PSDB, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos o Dia do Bairro de Lauzane Paulista, Distrito Mandaqui.

O relator é o Vereador Floriano Pesaro, do PSDB, com parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o parecer ao PL 571/13. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Qual projeto foi para o pé de pauta?

O próximo item é o PL 109/2013, de autoria do Vereador Alfredinho, do PT, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estacionamento para carros e motocicletas nas escolas públicas municipais e dá outras providências.

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, solicito vista desse projeto, porque há outro projeto tramitando há mais tempo que versa sobre a mesma matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Está deferido o pedido de V.Exa.

Passemos aos requerimentos.

- É lido o seguinte: (*Requerimento do Vereador Orlando Silva, de 16/10/2013*)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o requerimento do Vereador Orlando Silva. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Em relação ao próximo requerimento, fiz um aditamento de mais algumas perguntas. No documento de V.Exas. não constam as perguntas que aditei.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, V.Exa. fez esse requerimento no item 20 da pauta sem o apoio da Oposição?

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Temos verificado que há um trabalho forte do PSDB e do PSOL. Às vezes, quero dispor do apoio do PSDB.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, V.Exa. tem o meu apoio total quanto ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Passo à leitura do requerimento.

- É lido o seguinte: (*Requerimento 64/2013, de autoria do Vereador Reis*)

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, vou considerar que V.Exa. está esvaziando papel meu na Casa. Não é possível, farei um requerimento igual, até porque não estão executando nada do Funcad. V.Exa. verá o choque que será o retorno. (Riso)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Como estão chegando varias reclamações à Comissão, não podemos nos calar. Queremos saber o que está acontecendo, esse é o motivo de tal requerimento.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Não está acontecendo nada. É isso que V.Exa. irá saber. (Riso)

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o requerimento do Vereador Reis. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** – Há outro requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte:

”Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que seja oficiado ao Sr. Antonio Cesar Calegari, Secretário Municipal de Educação, para encaminhar a esta douta Comissão as seguintes informações: existe previsão para recolocação dos dados públicos e que deveriam estar abertos à população na internet? Qual a demanda relativa à solicitação de vagas em creches da cidade? Existe previsão de qual será o gasto para reforma das creches municipais para se adequarem aos padrões de qualidade, visto que alguns padrões estipulados baseiam-se no tipo de piso da instituição, brinquedos, entre outros. Tendo em vista que referido padrão de qualidade já foi instituído por uma portaria municipal, qual o motivo do mesmo ter previsão para entrar em vigor somente no ano de 2014. Como será feita a respectiva avaliação de qualidade das creches e com qual periodicidade? Quantos terrenos foram mapeados para construção das creches na atual gestão? Quais são os seus respectivos endereços? São Paulo, 23 de outubro de 2013. Floriano Pesaro, Vereador pelo PSDB.”

**O SR. FLORIANO PESARO** - Presidente, queria pedir a V.Exa. que pudesse ler, com o anexo, a carta recebida e publicada em todas as redes, do Fórum Municipal de Educação Infantil.

“Fórum de Educação Infantil das entidades conveniadas do Município de São Paulo”. - A primeira denúncia que a gente recebeu é que o Governo atual retirou do site a lista pública e transparente de acesso de demanda. Depois, é possível confirmar – “Qualidade para a Secretaria Municipal de Educação. Na última segunda-feira, dia 22 de outubro, a rede conveniada com a secretaria municipal de educação no atendimento a criança de zero a três, ficou indignada e preocupada com o artigo publicado na página A-18, do caderno metrópole, do jornal *O Estado de São Paulo*. Indignada pelo fato de que um jornal do nível do Estadão ter publicado uma matéria sem ter checado a veracidade dos fatos. Qual a verdadeira razão de jornalistas tendenciosos ou despreparados, talvez, política do jornal. Também motivo de indignação constatar que apesar do que mostram todas as evidências de que a rede municipal infantil só pode ser expandida através de convênio com entidades sociais, a atual administração insiste em nivelar as entidades por baixo, quando diz a Secretaria Municipal de Educação precisar desenvolver um padrão de qualidade para as creches conveniadas, como se já não houvesse uma padronização – é daí que vem a preocupação.

Segundo as palavras do próprio Secretário, o sistema a ser criado para um padrão de qualidade definirá, por exemplo, o número mínimo de funcionários, um tipo de piso e brinquedos da sala. Qual é a novidade? Essas variáveis e muitas outras não estão na portaria que regula os convênios, atualmente em vigor, a portaria 3477, 3479. Só a título de informação, as portarias anteriores também já contemplaram essas variáveis. Ao considerar que os instrumentos de avaliação existentes são precários, o Secretário Cesar Callegari talvez esteja demonstrando que desconhece o manual de prestação de contas, onde consta instrumentais para visita mensal do supervisor escolar, através dos quais poderão ser obtidos diversos indicadores, em que sentido a alta procura por matrícula pode levar a uma frouxidão nas metas

de controle? Tem sido muito mais (?) avaliar que a alta procura por matrículas é um claro sinal de que há qualidade no atendimento à criança e que essa qualidade se dá não só às creches diretas, mas à rede conveniada, uma vez que são responsáveis por quase 80 % - isso nem eu sabia – do total de creches públicas na Cidade. Outro fator a ser considerado é que a classe média anterior, avessa a ter seu filho atendido em rede pública, hoje também está ávida por uma vaga, talvez a verdadeira intenção seja desqualificar o trabalho de administrações anteriores. Para o leitor leigo isso é bem possível, mas só para o leigo. Diz ainda o Sr. Calegari que, ao identificar padrões de qualidade, queremos analisar tudo o que uma creche ter e proporcionar: quais profissionais possui, com que tipo de qualificação, quais instrumentos e equipamentos oferecem, qual piso, iluminação, merenda e até mesmo o currículo, que será modificado no ano que vem. Ora, tudo o que uma creche deve ter já não está mais do que esmiuçado e indicado nas portarias e manuais. Será que está faltando por parte desta Administração não só mais conhecimento dos instrumentos legais? Será que não sabem que para uma entidade firmar um convênio há obrigações a serem cumpridas, como, por exemplo, ter profissionais qualificados, oferecer equipamentos, piso e iluminação adequados, apresentar o cardápio, ter currículo baseado nas diretrizes curriculares nacionais, dentre uma porção de obrigações. Um aspecto que temos que concordar: é urgente que se reveja a merenda, pois, desde que mudou a Administração, a quantidade e qualidade vêm caindo muito, principalmente, a quantidade. Seria importante visitar algumas creches para ver *in loco* o que vem ocorrendo com relação à merenda. Conseguiram transformar a fartura em miséria. E a preocupação (?) das barbaridades encontradas no artigo. Segundo a Secretaria, os instrumentos proporcionarão ainda uma melhor fiscalização das entidades que atualmente comandam 77.6% das creches que compõem a rede municipal. De um total de 1.609 unidades, apenas 360 têm administração direta da pasta. Todo o restante é gerido por instituições que funcionam em prédios próprios ou da Prefeitura. Muitas unidades funcionam também em prédios alugados pela municipalidade ou pelas próprias entidades sociais. Aliás, esse sim é um

aspecto a ser revisto pela Secretaria, um dos grandes entraves para a Administração em relação à ampliação de vagas nas creches é a burocracia existente tanto para a locação de imóveis quanto para a obtenção de autorização de funcionamento dessas unidades. A dita urgência de acompanhamento detalhado do trabalho dos parceiros que, segundo o Sr. Calegari, levou a gestão Fernando Haddad a romper num total de 42 convênios desde o início do ano, não seria responsabilidade da supervisão da própria Secretaria? Em qual dessas creches extintas foi constatado risco físico para as crianças? Quantas foram extintas porque não conseguiam prestar contas? Quantas foram encerradas por decisão própria da entidade? Aqui vai um alerta: muitas mais poderão fechar as portas, com o aumento de 8% dos salários e de 7% em média, um valor per capita para a maior parte das creches, o desequilíbrio financeiro é eminente. Ainda mais o agravante de gastos cada vez maior para manter a qualidade da merenda escolar, já que o departamento de alimentação escolar vem tratando as crianças atendidas pela rede conveniada como se não fossem crianças paulistanas. Calegari disse mais ainda: “vamos aportar o rigor no padrão de qualidade das creches, nos centros de educação infantil, CEIs, da rede direta funcionam bem em geral; as conveniadas com um trabalho exemplar, mas também há problemas. Precisamos ter um padrão”. O padrão existe Sr. Calegari, basta conhecê-lo e segui-lo. Quanto aos demais cidadãos referenciados na matéria, não podemos deixar de comentar que, lamentavelmente, a professora Maria Letícia Barros Nascimento, não deve ter conhecimento do plano pedagógico das creches conveniadas. É preocupante ver o quanto se fala e como se fala sem nenhum conhecimento”.

Eram essas as considerações do Fórum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Reis)** - Tem a palavra o Vereador Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA** – Sr. Presidente, considero muito importante o debate trazido a esta comissão pelo Vereador Floriano Pesaro. Mais importante ainda sendo uma manifestação do Fórum da Educação Infantil, que tem um papel muito importante na

articulação da rede que mais atende crianças na cidade de São Paulo, dois terços de nossas crianças são atendidas por uma rede coordenada pelo Fórum de Educação Infantil, e, por isso, merecem todo interesse e atenção desta Comissão e mais que isso, o cumprimento da promessa do nosso Prefeito Fernando Haddad, que vai construir 273 unidades diretas, que vai ser o maior plano de obras de creches da história de São Paulo, vai permitir produzir 50 mil novas vagas, e o plano que nosso governo pretende realizar é de 150 mil novas vagas, ou seja, dois terços das novas vagas geradas também serão uma forma de conveniamento, portanto, é mais importante ainda o debate que fazemos acerca do papel das entidades conveniadas, daí ser muito relevante essa manifestação do Fórum e encaminhamento do meu colega Vereador Floriano Pesaro.

Chamo a atenção da manifestação do Fórum a preocupação que esta Comissão e esta Casa têm com relação à merenda escolar, tanto que aprovamos, a partir de uma iniciativa minha, Sr. Presidente, uma comissão que está estudando a situação da merenda escolar na cidade de São Paulo, com vistas a compreender as dificuldades e apresentar soluções e dessa maneira, colaborar para o aperfeiçoamento desse serviço por parte da municipalidade.

Portanto, quero manifestar o meu entendimento de que é oportuno que nós façamos aqui um debate, acerca desses parâmetros apresentados pelo Secretário César Calegari, considero que é muito importante. Sei que ainda não foi publicado mas está em vias de ser publicado essa proposta do Secretário. Chamo a atenção apenas porque a avaliação – meu colega Vereador Floriano Pesaro que foi gestor público sabe disso – é um processo contínuo e exige inovação permanente, porque são novas realidades, exigem novos instrumentos para que tenhamos eficácia no processo de avaliação. Daí considero que devemos receber, com abertura, com espírito aberto e com esforço de compreender as razões do Secretário, de modo que possamos apreender as boas experiências, que são muitas – eu mesmo conheço centenas de experiências maravilhosas da rede conveniada –, e, inclusive, instruir e aperfeiçoar o sistema direto.

O sistema público pode ser aperfeiçoado através de experiências de boas práticas na rede conveniada.

Então, Sr. Presidente, sou a minha pessoa à necessidade de conhecer, primeiro, e discutir com o espírito aberto esses parâmetros e esses instrumentos para termos eficácia, tanto na rede conveniada, quanto na rede direta, que também pode ser aperfeiçoada para o bem das nossas crianças. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (REIS – PT)** – Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Vereadores favoráveis ao requerimento formulado pelo Vereador Floriano Pesaro permaneçam como estão; os contrários, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES (PSD)** – Apesar de ter sido aprovado o requerimento apresentado por V.Exa., tendo em vista a importância que tem essas respostas – que precisamos mesmo acompanhar de perto essas questões do Funcad -, gostaria de pedir a coautoria, se V.Exa., assim o permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Está deferido o pedido de V.Exa. Se todos os Srs. Vereadores desejarem a coautoria também, está deferido.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Aqui é um por todos e todos por um

**A SRA. EDIR SALES (PSD)** – Somos uma família. Essa Comissão de Educação tem se destacado na responsabilidade e competência, mas principalmente na união e no respeito que demonstra essa comissão presidido por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Obrigado, nobre Vereadora. Vamos ao próximo item, requerimento de autoria do Vereador Floriano Pesaro.

- É lido o seguinte (Requerimento do Vereador Floriano Pesaro, refere-se a reportagem do Bom Dia Brasil sobre 143 mil crianças a espera de creches)

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** - Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerrada a discussão. A votos o requerimento do Sr. Floriano Pesaro. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

Próximo e último requerimento.

- É lido o seguinte (Requerimento do Vereador Floriano Pesaro para convidar o Fórum de Educação Municipal para reunião dessa comissão)

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Em discussão.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Sr. Presidente, veja, o fórum reuniu – acho que no final de semana passado – o Sr. Prefeito Haddad aqui na Casa. Inclusive, V.Exa. estava presente e acho que o nobre Vereador Orlando Silva também esteve.

Houve um compromisso assumido pelo Sr. Prefeito e pelo Sr. Secretário Cesar Callegari.

Sei que o Prefeito Haddad tem um profundo respeito pela rede conveniada. Ele, Prefeito Haddad, tem. E sei porque ele mesmo me falou e já vi demonstrações claras sobre isso. O fórum está muito preocupado com a distância e o discuro da realidade, a prática.

Chegou a meu conhecimento e também às minhas mãos – depois dividirei com os demais colegas – um *e-mail* da DRE do Butantã que é uma resposta de uma organização social, dizendo o seguinte: “A merenda estava indo só para a direta” – eles tiveram um problema de merenda na Secretaria de Educação – “e que não tinha para creche conveniada e, assim, não iriam mandar”.

Na verdade, sempre mandaram para creche conveniada, ainda que você possa ter, no convênio, uma parte de alimentação. Mas a parte de alimentação do convênio sempre foi complementar e, agora, aparentemente, a preocupação das organizações sociais é que o Governo parece estar querendo empurrar a totalidade da compra de alimentos nas conveniadas, não nas diretas.

Então o que eu sugeri? Que eles viessem a essa comissão, oficialmente. É essa organização que trouxe o Sr. Prefeito aqui, é a mesma, e que ela viesse aqui para nos relatar o que está acontecendo de fato.

Por sugestão do Vereador Orlando Silva – mais ampla que a minha – poderíamos fazer um adendo a esse requerimento e trazer o conjunto, desde que não prejudique o tema central que estou propondo, qual seja, a discussão das conveniadas. Afinal, quando se traz as

conveniadas indiretas, há o conflito.

Mas, claro, também não me importo de discutir o assunto como um todo, pois as crianças são as crianças. Elas não sabem se estão numa conveniada, ou numa direta. E isso não deve mesmo interessar a elas, interessa à administração, não a quem é demandante do serviço. Então não há problema algum se quiserem fazer o adendo. Só acho muito importante que possamos ouvi-los.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Orlando Silva.

**O SR. ORLANDO SILVA (PC do B)** – Colegas, não proponho que reunamos, ao mesmo tempo, as diretas e indiretas, as conveniadas e as da administração direta, até porque são realidades diferentes. E realidades que, mais cedo ou mais tarde, a Cidade terá de enfrentar.

Um educador, por exemplo, numa rede conveniada, trabalha um terço a mais e ganha um terço a menos. Essa é uma realidade.

Claro, as crianças são paulistanas, todas elas. Não é realidade a que foi inventada pelo Prefeito Haddad. Inclusive, grande parte das dificuldades de gerenciamento desses convênios é fruto de algumas bombas que foram deixadas no período anterior e que estouram no começo do governo. Digo isso porque precisa-se também ter sensibilidade.

Assisti um debate entre o Secretário Callegari e uma série de entidades conveniadas da zona Leste. Por exemplo, o padre Ticão me convidou para uma plenária, estive lá, uma série de reivindicações foram feitas, ajudei para que houvesse um encontro com o Prefeito e, depois, com o Secretário Callegari, e vi um debate frontal, sem subterfúgios.

Os constrangimentos orçamentários foram postos na mesa. As dificuldades das entidades foram expostas. Portanto, considero oportuno que a Câmara Municipal posicione-se, por quê? O principal problema, para garantir, eficácia do trabalho maior com as conveniadas é orçamentário. É necessário aumentar o *per capita* por criança que as entidades conveniadas

recebem. Isso é um dado de realidade.

Não vou entrar no debate filosófico se deve ou não haver convênio para atendimento de creche. Isso é outro debate. Respeito também as várias posições.

Considero que hoje é impossível o atendimento pela rede direta, tem de existir convênios. Há boas práticas e boas experiências.

Considero ainda que temos de trabalhar, aqui na Casa, para ampliar o orçamento. Como fazer para garantir o atendimento na rede conveniada com qualidade? Não basta apenas a dedicação que há por parte das entidades conveniadas. Repito, não basta apenas a dedicação, se não houver apoio e recursos. O Sr. Secretário pode querer. O Sr. Prefeito pode querer, mas tem de ter recursos e isso deve ser priorizado.

Portanto, considero que é oportuno o requerimento. E que é sempre melhor se pudermos, ao mesmo tempo, ouvir o fórum e a Secretaria Municipal de Educação para que seja produtivo.

De pouco adianta ouvir o fórum, aí, em outra audiência, ouvir a Secretaria. Às vezes um debate pode produzir saídas conjuntas. Por isso, poderíamos ouvir especialista, afinal, é bom ouvir especialista que pode ajudar o debate avançar mais.

Deveríamos radiografar: quais são os problemas para poder enfrentar e apresentar soluções. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Floriano Pesaro.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Estou totalmente de acordo com a presença da Secretaria de Educação ou algum técnico que possa, se não responder, pelo menos, estar presente e acompanhar.

Em relação aos especialistas, é um pouco mais problemático. Teríamos de discutir quem seria, pois hoje temos especialistas dos prós, dos contras e dos neutros. Então, precisamos ver quem é quem.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Ainda bem que tem o PROS.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Sim. Mas, veja, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar o seguinte.

- Manifestações concomitantes de vários Srs. Vereadores.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Quem escreve artigo na *Folha* é V.Exa., Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Aliás, Vereador Toninho Vespoli, li o artigo de hoje na *Folha*.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Sr. Presidente, então gostaria de destacar: primeiro, problemas administrativos sempre existiram, é que cada vez que vem um governo do PT parece que os problemas se agravam, é a história da herança maldita, e isso e aquilo.

Fui Secretário de Assistência Social dessa cidade, peguei a rede da assistência social da Leda Spezzati. Eram 800 convênios. Ou melhor, eram 350, quando saí eram 800. Então não é brincadeira.

A questão das creches, devo dizer que a maior expansão de creches se deu nos últimos oito anos. Isso é história da Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Isso é verdadeiro.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Sr. Presidente, não tem porque mentir.

- Manifestação concomitantes dos Srs. Vereadores.

**O SR. ORLANDO SILVA (PC do B)** – Não estou discutindo a situação das creches. V.Exa. citou completamente um tópico do serviço e eu questioneei. O tópico, que é contrato, que é contrário, que está fora da alçada das creches, por vezes, e a precariedade está aí: no contrato, que é externo.

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Vereador Orlando Silva: problemas existem!

Mas vou falar o que falei agora para a assessoria: outubro, dez meses, e tudo para o ano que vem, para 2015, vamos fazer, vamos ampliar, é tudo futuro.

Vi agora a apresentação do Secretário Simão Pedro: é tudo no futuro. Já foi um ano de Governo Haddad. Só tem mais três anos. E, se depender de nós, só terá mais três mesmo.

**O SR. ORLANDO SILVA (PC do B)** – Terá mais sete, nobre colega.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – Encerrada a discussão. Vamos aditar, então, o requerimento, juntamente com a proposta do nobre Vereador Orlando Silva.

Quem vai escrevê-lo?

**O SR. ORLANDO SILVA (PC do B)** – Posso ser coautor, colega?

**O SR. FLORIANO PESARO (PSDB)** – Eu completo. Sim, coautor.

**O SR. PRESIDENTE (Reis – PT)** – A votos o requerimento formulado pelo Vereador Floriano Pesaro e aditado pelo Vereador Orlando Silva. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado.

\_\_\_\_\_ Não havendo mais tempo para de outros assuntos tratar, declaro encerrada essa reunião.